

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL**Rua Sorbone 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,  
São Carlos-SP - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **4000118-05.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Auxílio-Doença Acidentário**  
 Requerente: **CARLOS EDUARDO DA SILVA COSTA**  
 Requerido: **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

CARLOS EDUARDO DA SILVA COSTA pede a condenação do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ao pagamento de auxílio-acidente, como portador de síndrome cerebelar com ataxia e espasticidade de membros inferiores, decorrente do exercício de sua atividade laborativa.

O réu contestou alegando a ausência dos requisitos para a concessão do benefício.

Aos autos aportou laudo pericial (fls. 66/71).

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, vez que a prova documental e pericial é suficiente para a solução da controvérsia.

O laudo pericial de fls. 66/71, imparcial e empírica e cientificamente embasado – ademais não impugnado pelo autor – após entrevista, exame físico e análise da documentação, concluiu que embora o autor seja portador de síndrome cerebelar, esta não decorre de acidente de trabalho típico e/ou compatível com doença de cunho ocupacional ou do trabalho.

Logo, o autor não faz jus ao benefício postulado, ausente o nexo causal.

Ante o exposto, julgo improcedente a ação; condeno o autor nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 788,00, observada a AJG.

P.R.I.

São Carlos, 02 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**